

*Artigo

O imposto sindical elege governos?

A resposta é obviamente negativa. A indispensabilidade de lucidez analítica, especialmente do Partido Político que se revelava o grupamento mais culto e capacitado para fixar os princípios de gerência da coisa pública brasileira, o PSDB, parece ter-se esborado. Seus pais fundadores, providos de razão e de intuição política, infelizmente não estão mais a postos.

Causa espécie ouvir de um Parlamentar do PSDB que o imposto sindical gerou Lula e Dilma. Quanto dinheiro! Não é, porém, essa a realidade. O imposto sindical mal é suficiente para atender às suas finalidades específicas definidas na própria CLT. Poucos impostos no Brasil têm suas finalidades tão rigorosamente descritas. Num velho e roto diploma. Nem sempre o moderno é o melhor, principalmente num País que se arrastou, sem educação e cultura, por tantas décadas. O velho continua o sábio, quando as aldeias não evoluem - e brigam seus membros entre si, como brigam PSDB e PT nestas terras. Ambos partidos de fundamentos social-democratas. É difícil a compreensão do fenômeno por um filósofo ou sociólogo do exterior.

O PT não foi ao Poder pelo imposto sindical. Foi pela Odebrechet e as semelhantes “operações estruturadas”. Se o imposto sindical arrecadado pela CUT fosse suficiente para tomar-se o poder da nação, não haveria presidencialismo de coalisão e necessidade do pacto entre Fausto e Mefistófeles. Os valores do imposto sindical, compartilhados entre sindicatos de primeiro grau (60%), Federações (15%), Confederações (5%), Centrais Sindicais (10%) e a própria Fazenda Pública Federal (10%), são insuficientes para a própria manutenção de entidades sindicais aguerridas e respeitáveis, tais como se exercitam no âmbito da União Europeia.

Tanto é verdade que os sindicatos foram obrigados a recorrer à denominada taxa assistencial, aquelas fixadas, como pequena contrapartida, nos acordos e convenções coletivas de trabalho, no momento fulminadas por uma decisão liminar - imprópria, segundo a lei - concedida pelo Ministro Gilmar Mendes, do STF.

Não há dúvidas quanto ao governo lastimável do PT, errôneo no plano intelectual e, sobretudo, no plano ético. O PT destruiu a esquerda em todo o mundo. Agora, sob as impropriedades de um governo que poderia liquidar o assunto, seus prosélitos vêm a possibilidade de recuperar-se: abraçando-se àqueles que não podem admitir que os equívocos prevaleçam. São coisas distintas, mas em política tudo se mexe e remexe, dividem-se os grupos, discutem-se generalidades e as leis terminam sendo salsichas, como disse Bismark. As verdades políticas são irrefutáveis, mas não são amadas. São descartadas sempre que uma vontade partidária fala mais alto. Daí nossa inanidade na maioria dos temas e dos preceitos que nos guiam.

O STF decidiu que o imposto sindical é tributo e, assim, podem ser tomadas as respectivas contas pelo Tribunal de Contas da União, quando provocado. Desvio de finalidade dos tributos é crime grave e, se os sindicalistas o cometeram, que sejam punidos.

Entretanto, juntem-se cinco sindicatos de um Município e não conseguirão eleger um vereador com os restos do imposto sindical. Os caminhões de som são adquiridos pelas centrais sindicais, que congregam os recursos de centenas e milhares de sindicatos. E, quanto um político foi eleito com propaganda política emanada de um caminhão de som sindical, foi cassado pelos Tribunais Eleitorais. São vários os exemplos.

Portanto, é uma falácia dizer que o governo do PT, que, sim, nos infelicitou, tenha sido ancorado pelo imposto sindical. Se ele correspondesse a essa fortuna petrolífera que apregoam, qual seria o sentido da corrupção? O almejado projeto de poder seria mantido com “recursos próprios” e poderíamos falar de uma “República Sindical”.

Esse fenômeno não ocorreu no Brasil. Nem ocorrerá. Logo, tem razão o Presidente Temer ao dizer publicamente que não pautaria esse tema. Porém, seus colegas do Congresso o quiseram. Profundamente equivocados, como se vê. Enquanto persistir a ideia de debater o imposto sindical, o time, que se quer vencedor, continuará a confundir a trave com a bandeirinha de escanteio. E todos a fugir da falsidade ideológica do caixa dois. O motivo, como se vê, não é simples equívoco.

Amadeu Roberto Garrido de Paula, é Advogado e sócio do Escritório Garrido de Paula Advogados.

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

fbs

ds

Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME

ISSN 2238-6467

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000

Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenópolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.

Tratagem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO

DIREÇÃO GERAL

Mano Reski

mano@diariodaserra.com.br

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Silvana Tormes

silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES

Maykon H. M. Campos

Guilherme Coutinho

Vitória Bertol

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE E ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

GRÁFICA

E. Tormes & Cia Ltda-ME

Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02

CNPJ 14.048.123/0001-07

CONTATO

adm@diariodaserra.com.br

65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br

*Curtas

Inauguração de Fórum em Arenópolis

Espaço amplo, acessível e funcional, estas são algumas das melhorias que podem contar os jurisdicionados e servidores da Comarca de Arenópolis. A nova estrutura do Fórum foi inaugurada nesta terça-feira, 18. Na solenidade, o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Rui Ramos Ribeiro, agradeceu a seus antecessores por permitirem que ele concluísse a obra e a entregasse ao povo arenopolitano. “Estou aqui para inaugurar este prédio, mas este é um trabalho anterior a mim, mérito de outros desembargadores. Contudo, é um prazer proporcionar à comarca uma estrutura prática, segura e dinâmica para que a Justiça se torne ainda mais célere e efetiva”. Também presente na cerimônia, o juiz diretor do Foro da Comarca de Arenópolis, Luis Felipe Lara de Souza, ressaltou o ato como um marco para o município. “Este é um dia único, estamos muito gratos de poder oferecer aos jurisdicionados, servidores e poderes constituídos uma edificação moderna e que atenda aos anseios da comunidade”. As novas instalações contam com 2.554,12 mil metros quadrados de área construída, distribuídos em nove blocos grandes, com estrutura para abrigar duas varas.

Ampliação

Durante cerimônia em Arenópolis, o desembargador Rui Ramos anunciou que instalará a segunda vara da comarca até o fim do biênio, a Vara Criminal (a unidade possui vara única), assim como falou que nomeará dois técnicos judiciários e mais dois analistas judiciários até o próximo mês para reforçar o quadro de servidores do fórum.

Tangará Minha Cidade

Termina hoje, 20, o prazo para participação no concurso de fotografias ‘Tangará Minha Cidade’, do Diário da Serra. Em sua segunda edição, o projeto quer revelar as belezas de Tangará da Serra pela perspectiva de seus habitantes, através de fotos autorais do município. As fotos devem ser enviadas para o tmc@diariodaserra.com.br.

As melhores

De todas as imagens enviadas ao concurso, 21 serão escolhidas por um juri técnico para participar de uma exposição itinerante que iniciará dia 15 de maio, no Tangará Shopping. Da exposição também farão parte 20 fotos feitas pelos membros do juri técnico, simbolizando assim, os 41 anos de emancipação de Tangará da Serra.

Faculdade Indígena

O Conselho Universitário (Consuni) da Unemat aprovou a minuta de resolução de criação da Faculdade Indígena Intercultural (Faind), vinculada ao campus universitário Deputado Estadual Renê Barbour, em Barra do Bugres. A 1ª Sessão Ordinária do Consuni de 2017 ocorreu em Cáceres, esta semana (17.04 e 18.04).

*Bastidores da Política

Agricultura familiar

Com o objetivo de selecionar propostas para elaboração do Plano Estadual da Agricultura Familiar (Peaf), o tema será discutido na próxima semana em Tangará da Serra. Este será o último debate sobre o Peaf, que já foi apresentado em Várzea Grande, Juína, Sorriso, Guarantã do Norte, Rondonópolis, Quêrência Juína e Cáceres.

Encontros

Ao término de todos os encontros regionais, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável fará a seleção final das proposições consideradas prioritárias. “A elaboração do Peaf é uma proposição inédita do Governo em dialogar com os agricultores familiares para nortear a aplicação de recursos públicos de forma orientada”, comentou o secretário Suelme Fernandes.

Acompanhamento

O vereador Nilton Dalla Pria (PMDB) voltou a solicitar que a Prefeitura faça o acompanhamento da regularização fundiária dos pequenos produtores da Gleba Triângulo e também do Assentamento Antonio Conselheiro, em Tangará da Serra. O vereador espera que o Município designe servidor capacitado para isso.

Suporte

Segundo o vereador, ao designar um servidor do Município ou mesmo viabilizar a indicação junto ao Incra, o Governo demonstra que está atento às necessidades do homem do campo. Para ele, o acompanhamento consiste no cadastramento, medição e titulação das das propriedades de pequenos e médios agricultores

Fethab 2017 I

Os recursos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação já estão sendo repassados aos municípios de acordo com Índice de Participação dos Municípios no Fethab – IPMF definido para este ano. Os índices definitivos foram publicados no dia 5 de abril no Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios.

Fethab 2017 II

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, disse que o Fethab representa uma importante fonte de receita para os municípios, que recebem os recursos pelo terceiro ano consecutivos. “O Fethab está contribuindo para que os municípios melhorem a infraestrutura, que estão garantindo trafegabilidade e desenvolvimento regional”, assinalou.

Cidadão MT

O deputado estadual Valdir Barranco (PT) classificou como “merecida” e “tardia” a homenagem proposta por ele ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que deverá receber o título de Cidadão Mato-grossense. O projeto, alvo de críticas, foi aprovado pelos deputados estaduais no último dia 12, em primeira votação.

Lula

De acordo com o parlamentar, o fato de o ex-presidente ser citado como um dos supostos beneficiários de esquemas de propina pagos pela empreiteira Odebrecht ou ainda de ser réu por lavagem de dinheiro e corrupção em cinco ações penais não inviabilizam a homenagem. “Há muitas ações no Estado, isso ninguém pode negar”.

“Por que vocês não vão vaiar com seus amigos, lá em Curitiba?”

Recebido com um pequeno protesto com faixas com dizeres como “Fora Temer” e “CPI do MT Prev Já!”, o governador Pedro Taques (PSDB) não se intimidou. Ao chegar a Acits, na última terça-feira, dia 19, Taques conversou com alguns manifestantes e os convidou a entrar no auditório onde anunciaria obras nas áreas de Educação e Infraestrutura. Porém, durante a fala de um de seus secretários, os manifestantes iniciaram uma pequena vaia, que não foi acompanhada pela maioria presente. Em resposta, Taques pegou o microfone e disparou: “Eu recebo críticas e reivindicações com tranquilidade. Mas vocês querem tumultuar... Vocês ajudaram a quebrar o Brasil! Por que vocês não vão vaiar com seus amigos lá em Brasília?”, disse referindo-se aos petistas presos na Operação Lava-Jato. Alguns dos manifestantes até sorriram, mas depois os cartazes foram baixados e o protesto murchou.